

Votação no Senado testa

GAZETA MERCANTIL

Federal

acordo com o PMDB

Sônia Cristina Silva
de Brasília

A votação pelos senadores da MP 107 que reabre o Programa de Recuperação Fiscal (Refis II) servirá como termômetro para o governo avaliar o sucesso da aliança fechada com o PMDB na semana passada.

Hoje, em almoço na casa do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva espera coroar a estratégia de ampliação de sua base de apoio, visando principalmente a aprovação das reformas tributária e da Previdência.

Em uma reunião na última quinta-feira com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu e com o líder petista, Aloízio Mercadante (PT-SP), o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), fechou a aliança parlamentar que incluiu a indicação do senador Amir Lando (PMDB-RO) para líder do governo no Congresso.

As lideranças partidárias darão encaminhamento às negociações para a inserção do PMDB na base e no governo, apesar da chiadeira de parte de peemedebistas.

Convenção extraordinária

“Na Câmara, a maioria quer acertar com o governo”, disse ontem o líder do partido na Câmara, Eunício Oliveira (PMDB-CE). “A base do partido com certeza quer a aliança; é o sentimento da rua”, sustentou Eunício, que aceita a realização de convenção extraordinária, requisitada pelos “rebeldes”. O assunto seria um dos temas da conversa que Eunício teria com José Sarney ontem à noite, véspera do almoço com Lula.

O presidente do Senado também não se opõe à realização de uma convenção. Para Sarney — que faria contato também com o presidente do PMDB, Michel Temer — o partido já está colaborando como governo. “Obviamente, o partido já está participando a nível parlamentar das decisões que o governo está tomando”, afirmou ontem o senador. “Teremos que cumprir uma outra etapa, que é a de institucionalmente o partido decidir fazer parte da base política do governo”, ressaltou.

Prazos

No Senado, a aliança poderá facilitar a estratégia do governo em votar a MP 107, que já está com os prazos estourados. Antes dela, outras quatro medidas provisórias também já estão sobrestando a pauta.

A primeira é a que reabre prazo para municípios que refinanciaram suas dívidas com a União poderem contratar empréstimos. Em seguida, devem ser apreciadas as MPs que tratam da organização administrativa da Presidência da República e da revogação de artigo do Código Civil relativo à compensação de dívidas fiscais.

A quarta dispõe sobre a contri-

buição pelas cooperativas para o Programa de Integração Social e de Formação de Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para Seguridade Social (Confins).

Negociação

Mas o PMDB quer negociar com o governo a MP do Refis, principalmente para tentar reduzir o aumento de 12% para 32% a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e de 3% para 4% a alíquota da Cofins.

O líder Renan Calheiros fechou acordo com o PFL para discutir a MP, mas não deverá fazer oposição tão radical quanto a dos próprios pefehistas, que prometem votar contra os aumentos.

Já o PSDB, que oficializou uma aliança de minoria com o PFL, já mostrou descontentamento com os aumentos, mas ainda não reuniu a bancada.